



Avaliação em educação

Avaliação Exploratória do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Um Estudo de Caso no Pará (Brasil)

Jorge Bonito

Universidade de Évora

Centro de Investigação "Didática e Tecnologia na Formação de Formadores" da Universidade de Aveiro

jbonito@uevora.pt

Cláudia Miranda

Secretaria de Estado de Educação do Governo do Pará, Brasil

claudiacarvalhomiranda@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho teve como objetivo avaliar a percepção dos agentes que protagonizam a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, na comunidade ribeirinha do rio Ajuáí – Abaetetuba, Pará, Brasil. Optou-se por uma abordagem qualitativa baseada no estudo de caso. Na avaliação foi adotado o modelo CIPP de Stufflebeam, considerando quatro dimensões: o contexto, os *inputs*, os processos e os produtos. Na recolha de dados de fonte secundária foi utilizada pesquisa bibliográfica e documental e nos trabalhos de campo foram realizadas entrevistas, aplicados questionários e feita observação direta. A análise da informação fez-se com uma base de análise de conteúdo, na triangulação de todas as fontes. Os resultados permitem concluir que, apesar das dificuldades encontradas, e dos inúmeros problemas na sua gestão o Programa apresenta uma boa aceitação pela comunidade do rio Ajuáí.

Palavras-Chave: Programas Sociais; Avaliação; Amazônia; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Abstract

This work aimed to evaluate the perception of actors who star experience the Eradication of Child Labor in the riverside community of River Ajuáí - Abaetetuba, Pará, Brazil. We opted for a qualitative approach based on case study. Was adopted in the evaluation the Stufflebeam CIPP model, considering four dimensions: context, inputs, processes and products. In the collection of secondary data was used bibliographic and documentary research and fieldwork interviews were conducted, completed with questionnaires and conducted direct observation. Information analysis was made with a base of content analysis in triangulation from all sources. The results indicate that, despite the difficulties encountered, the program provides a good acceptance by the river Ajuáí community despite numerous problems in their management.

Keywords: Social Programs; assessment; Amazon; Eradication of Child Labor.



Resúmen

Este trabalho teve como objetivo avaliar a percepção de los actores que protagonizan la experiencia de la Erradicación del Trabajo Infantil en la comunidad ribereña del río Ajuái - Abaetetuba, Pará, Brasil. Hemos optado por un enfoque cualitativo basado en estudio de caso. Fue adoptada en la evaluación el modelo Stufflebeam CIPP, considerando cuatro dimensiones: contexto, insumos, procesos y productos. En la recopilación de datos secundarios se realizaron investigación bibliográfica y documental y en trabajo de campo entrevistas, cuestionarios cumplimentados y realizada observación directa. El análisis de la información se hizo con una base de análisis de contenido en la triangulación de todas las fuentes. Los resultados indican que, a pesar de las dificultades encontradas, el programa ofrece una buena aceptación por parte de la comunidad del río Ajuái pesar de los numerosos problemas en su gestión.

Palabras-clave: Programas Sociales; Evaluación; Amazon; Erradicación del Trabajo Infantil.

1. Introdução

A ideia da aprendizagem pela prática da avaliação é recente e está relacionada com a possibilidade dos indivíduos aprenderem sobre os processos que envolvem o seu trabalho, as suas relações com outros membros da organização, sobre si próprios e a sua relação com a cultura da organização (Preskill & Torres, 2000). Nesta perspetiva, a avaliação é imprescindível para a intervenção, revisão, desenvolvimento e melhoria do desenho dos programas e políticas sociais (Mainardes, 2006).

A discussão sobre a avaliação assume uma maior relevância quando os programas sociais, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), são implementados em comunidades consideradas historicamente tradicionais,¹ a exemplo a comunidade ribeirinha do rio Ajuái, em Abaetetuba, no Pará (Brasil). O referido programa visa prevenir e eliminar o trabalho precoce de crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 7 e os 15 anos, pretendendo servir como âncora do conjunto das ações setoriais do Governo voltadas para a recriação das condições materiais para as crianças envolvidas no trabalho infantil retornarem à escola (Governo Federal do Brasil, 2002).

Neste sentido, o PETI foi implementado em 2005 na comunidade ribeirinha do rio Ajuái, uma das ilhas do Município de Abaetetuba no Estado do Pará, conhecido como a “Medelín do Brasil” pela atuação internacional do narcotráfico. No cotidiano da ilha, é comum observar crianças acompanhando as diferentes atividades realizadas diariamente pelos seus pais. Em face disto, o trabalho precoce vem sendo intensamente discutido, exigindo uma reavaliação de suas responsabilidades e ações concretas para resolução do problema.

Soma-se ainda, a este facto, que a referida comunidade foi alvo dos *mass media* nacional e internacional que denunciou dezenas de casos de crianças e adolescentes mutilados, vítimas do degradante trabalho nas olarias na fabricação de tijolo (Carvalho, 1999, 28 de novembro;

¹ Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e económica, utilizando conhecimentos.



Conexão Repórter, 2011, 20 de abril; ojournaldeabaetetuba, 2011, 18 de janeiro). Nessas empresas, de fabricação artesanal e familiar, as crianças e os adolescentes trabalham, em geral, com os pais ou com terceiros para ajudar no orçamento familiar. Este tipo de trabalho coloca em risco a saúde e a segurança da criança envolvida.²

Cabe destacar que o trabalho infantil se constitui em uma das piores formas de exploração humana, visto que pode ocasionar riscos físicos, sociais, psicológicos e emocionais a crianças e adolescentes, privando de seus direitos sociais (Lei n.º 10 097 de 19 de dezembro de 2000). No entanto, voltado para a erradicação do trabalho infantil, a implantação do PETI acrescenta na comunidade ribeirinha algumas alterações na dinâmica social local, visto que para a inserção no Programa e o recebimento da bolsa, a criança e o adolescente são retirados de todas as atividades realizadas diariamente pelos pais no interior da floresta, tais como a pesca, a extração do açaí, a agricultura, a caça, a produção de artefatos de miriti,³ a fabricação de canoas, de farinha, entre outras tarefas.

Ressalta-se que vários estudos (Arruda, 2000; Castro, 2000; Diegues, 2002; Maués, 1999) afirmam a importância deste agrupamento social como população tradicional na Amazônia, e que a aprendizagem deste grupo populacional, que habita as margens dos rios e dentro das florestas, é passado entre gerações através dos anos. A sobrevivência destas populações no interior da floresta depende dos conhecimentos adquiridos no seu cotidiano para a utilização dos recursos naturais (Diegues, 2002). É irrefutável a necessidade de retirar as crianças e os jovens do trabalho precoce, que degrada e prejudica o desenvolvimento humano. Entretanto, diante desta complexidade social, parece ser adequado discernir entre o trabalho infantil precoce e os hábitos culturais necessários para sobrevivência na floresta, assegurando o não comprometimento do capital social desta população.

Nesta perspectiva, pensar em programas sociais que apresentem no seu escopo a ampliação do universo cultural das crianças e dos adolescentes e o desenvolvimento de suas potencialidades numa área ribeirinha significa, antes de tudo, entender as especificidades da realidade local, as peculiaridades da sua organização e da condição socioeconômica e cultural que envolve o meio. Além do mais, um planejamento de programas sociais, para ter o êxito desejado, não deve assumir um grau de homogeneidade na realidade brasileira. Deve ponderar as inevitáveis variações em circunstâncias específicas, dentro de um mesmo programa, principalmente naqueles de abrangência nacional (Lobo, 2001)

Considerando que nas últimas décadas a avaliação passou a ser compreendida como uma ferramenta estratégica para auxiliar nas decisões das reformas e de políticas educacionais de muitos países, foi utilizado o Modelo de Avaliação CIPP (Stufflebeam & Shinkfield, 1995) como quadro de referência para a avaliação do PETI nas suas várias dimensões. O referido modelo revela-se mais coerente aos propósitos desse estudo visto que entendemos que a avaliação de um programa social deve orientar o processo de tomada de decisões dos gestores.

² Muitas delas foram mutiladas nas marombas das olarias, que são equipamentos cilíndricos usados na produção dos tijolos que possuem no seu interior um eixo helicoidal. O eixo é acionado por um motor, fazendo a saída forçada do barro.

³ O miriti é um produto tropical extraído da palmeira *Mauritia flexuosa*, da família das *Arecaceae*, recebendo o nome vulgar de mirtizeiro ou buritizeiro. Estes artefactos fabricados desempenham um papel de fundamental importância socioeconômica nas comunidades ribeirinhas.



Segundo Stufflebeam (1997), as informações são úteis para emitir juízos de valor e por serem consideradas adequadas para avaliar e ajudar a aperfeiçoar o objeto em estudo que deve ser avaliado nas suas metas, planificação, realização e impactos (os quais são avaliados respetivamente como avaliação de contexto, entrada, processo e produto). O modelo *CIPP* caracteriza-se em quatro etapas de avaliação associadas entre si: avaliação do contexto (*Context*); avaliação de entrada (*Input*); avaliação do processo (*Process*) e avaliação do produto (*Product*).

Assim, este estudo tem como objetivo geral avaliar a percepção dos agentes que protagonizam a experiência do PETI, na comunidade ribeirinha do rio Ajuai - Abaetetuba, no período de 2009 a 2011, tendo como suporte o modelo de avaliação *CIPP*. A pesquisa pretende, entre outras coisas, obter informações que possam subsidiar a tomada de decisões sobre os programas sociais em comunidade ribeirinhas. Tomou-se como objetivos específicos: analisar como os atores envolvidos com PETI compreendem as ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil na comunidade ribeirinha e analisar as dificuldades e desafios encontrados na implantação do Programa.

2. Metodologia

2.1. Questões de Investigação

Diante da implantação do PETI, procurámos respostas para as seguintes questões de investigação: a) Quais são as implicações envolvidas na gestão PETI, na comunidade ribeirinha do rio Ajuai?; b) Como é que os atores envolvidos com o PETI compreendem as ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil?; c) Quais são as dificuldades e os desafios encontrados na implantação do PETI na comunidade ribeirinha do rio Ajuai?

2.2 Desenho do Estudo

A área da pesquisa localiza-se no rio Ajuai, que é afluente do rio Tocantins, que dista cerca de 25 km da cidade de Abaetetuba, no Estado do Pará (Brasil).

Para atender aos objetivos deste estudo optou-se pelo estudo de caso, por permitir explorar, descrever e compreender com detalhe os acontecimentos e os contextos singulares complexos cada situação, nos quais se encontram envolvidos variados fatores. Como ponto de partida da investigação foi realizada pesquisa bibliográfica e documental para o levantamento do contexto histórico da implantação do PETI. Posteriormente, foram realizadas visitas de observação às escolas da comunidade do rio Ajuai, onde funciona o Programa. Na recolha de informação, primeiramente, utilizou-se a técnica da observação com o intuito de conhecer o modo de vida da comunidade e como o Programa interage com a realidade local. Nesse momento, houve contato direto e conversas informais com os sujeitos que apresentavam relação com o Programa: professores, alunos, famílias beneficiadas, gestor local e monitores. Foi realizado um registo minucioso dos dados observados *in loco*, no caderno de campo. O segundo autor deste artigo trabalhou diariamente na localidade, mas a recolha de informação formal decorreu entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012, mediante 7 visitas: três para completar as observações realizadas e quatro para a realização da entrevista ao grupo selecionado.

Foram utilizados dois questionários distintos aplicados, respetivamente, a 60 alunos participantes e a 30 famílias beneficiadas pelo PETI. A aplicação do questionário objetivou as informações sobre



os alunos, envolvendo questões sobre o seu perfil e os impactos que o Programa ocasionou na sua vida, entre outros aspetos. Realizaram-se, ainda, entrevistas semi-estruturadas a professores municipais e estaduais que atuam na localidade, monitores do Programa, gestores e 40 famílias beneficiadas.

Como estratégia de validação interna, a triangulação da informação foi feita entre os investigadores autores deste trabalho, e igualmente com a teoria e o campo metodológico adotado.

As entrevistas, após uma leitura crítica, foram categorizadas, possibilitando a identificação das questões centrais da pesquisa. Os dados quantitativos obtidos a partir da tabulação do questionário foram divididos e analisados conforme a disposição das variáveis, primeiramente os aspetos pertinentes ao perfil da população estudada e, em seguida, a percepção dos diferentes atores do programa. Para facilitar a análise da informação construiu-se, ao longo da pesquisa, um banco de dados no qual foi feita a tabulação e a análise das frequências das respostas dos questionários.

Manteve-se o anonimato dos sujeitos selecionados para a realização do trabalho de campo. Para proteção dos entrevistados a identificação foi realizada pelo papel que exercem no Programa.

A metodologia utilizada foi desenvolvida a partir do modelo de avaliação de programas educacionais CIPP de Stufflebean e Shinkfield (1995). Seguindo a escopo deste modelo, a pesquisa procurou a operacionalização da avaliação do PETI ao material da pesquisa obtido durante a observação direta, as entrevistas individuais, aplicação de questionários e os documentos de gestão (cópias), que foram sistematizados a partir das quatro etapas de avaliação: avaliação do contexto, avaliação de entrada, avaliação do processo e avaliação do produto, organizadas e apresentadas de acordo com as variáveis abaixo descritas (Tabela 1):

Tabela 1- Principais métodos de recolha de informação e objetivos pretendidos, com base nas diferentes fases da avaliação do modelo CIPP.

Questões	Métodos	Fases da avaliação
Caraterísticas socioeconómicas da comunidade ribeirinha do rio Ajuai Contexto do PETI Contexto das escolas onde atua o PETI	Observação direta Questionários Entrevistas Pesquisa bibliográfica Análise de documentos	CONTEXT
Recursos disponíveis (humanos e materiais)	Observação direta Análise de documentos Pesquisa bibliográfica Questionários Entrevistas	INPUT



Como se realizaram as ações pedagógicas desenvolvidas no PETI? Aspectos mais significativos do desenvolvimento do Programa na comunidade	Análise de documentos Observação direta Questionários Entrevistas	PROCESS
Resultados do Programa Relação entre resultados e objetivos Mérito dos resultados	Questionários Entrevistas Análise qualitativa	PRODUCT

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1 Avaliação de contexto

A avaliação tem como objetivos analisar as características socioeconómicas da comunidade ribeirinha, na tentativa de compreender a realidade onde o programa está inserido. Para além disso, procura contextualizar o PETI, bem como descrever a estrutura das escolas onde Programa está implantado, com o intuito de verificar se as mesmas apresentam condições de abrigar as atividades propostas em seu intento.

3.1.1 Características socioeconómicas da comunidade ribeirinha do rio Ajuá

A comunidade em questão apresenta uma população de 3208 habitantes: 747 homens adultos, 837 mulheres adultas, 582 crianças e 1042 jovens e adolescentes, num total 462 famílias. As suas moradias localizam-se na margem do rio. São construídas em madeira e cobertas de palha ou de telha de barro, do tipo palafita. As condições sanitárias são precárias: a maioria dos sanitários não tem fossa séptica e canaliza os dejetos diretamente para o curso de água.

É imperioso ressaltar algumas considerações antropológicas e chamar a atenção para um olhar atento, sem mistificação, capaz de traduzir as especificidades encontradas na comunidade ribeirinha, pois esta população apresenta um arcabouço de conhecimentos sobre sustentabilidade, sobre a fauna e a flora local, a cosmologia, a fabricação de canoas e barcos, sobre solos, rios e florestas, a prática da coivara e sobre tecelagem. Estes conhecimentos foram transmitidos entre gerações através da oralidade. Estes grupos populacionais são definidos, por Castro (2000), como aqueles que têm as suas percepções voltadas para o universo das águas e das matas onde os recursos, tanto dos rios como das florestas, estão presentes nos seus modos de vida enquanto dimensões fundamentais que atravessam gerações e se fundem numa noção de território, como património comum ou de uso familiar. A mesma autora, em estudos sobre comunidades amazónicas, relata que rio e o ciclo de águas são incorporados como dimensão fundamental na vida de ribeirinhos da Amazônia.

Dentro do contexto familiar, durante a infância, as crianças aprendem com os seus pais, além de falar e andar, outras habilidades, como nadar, andar em cima de troncos flutuantes (como, por exemplo, o de buriti), a conhecer o movimento de enchente e de vazante da maré, a conhecer espécies de animais (inclusive, as nocivas), o papel da vegetação na proteção do solo e dos rios e a sobrevivência na floresta. A criança ribeirinha vive na margem do rio e da floresta, que constituem o meio envolvente à sua casa e, portanto, parte integrante das suas vidas.



A economia da comunidade é baseada na extração de argila e do açai. O minério não metálico é utilizado na fabricação de tijolos nas olarias locais que se caracterizam como empresas familiares com técnicas rudimentares. O açai (*Euterpe oleracea*) é de grande importância em virtude da sua utilização na dieta alimentar da região (suco, pirão, doces, geleias), sendo comercializado para todo o Estado. Na luta pela subsistência, essas populações praticam diariamente a caça e a pesca nos rios e igarapés. Nos rios pescam através de instrumentos artesanais, como rede espinhel e linha. Nos igarapés, utilizam métodos tradicionais como, por exemplo, gapuiar e tapagem; bem como realizam a captura de camarão com matapis. Outras atividades econômicas realizadas na referida comunidade são as lavouras, a confecção de cestarias fabricadas a partir da palmeira do miriti (*Mauritia flexuosa*), o cultivo de plantas medicinais, barqueiros e pequenos comércios (tabernas).

Além das atividades econômicas supracitadas, coexiste o tráfico de substâncias psicoativas ilícitas e de produtos contrabandeados. Faz parte do cotidiano desses ribeirinhos a presença de criminosos armados que atuam no narcotráfico, conhecidos por "piratas das águas". Como consequência desta convivência, muitos adolescentes abandonam a escola para se iniciarem na pirataria, pois acreditam que este tipo de atividade pode melhorar sua qualidade de vida.

3.1.2 Contexto do âmbito da pesquisa: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O PETI é um programa do Governo Federal, em parceria com diversos setores governamentais e da sociedade civil. Tem como objetivo geral retirar crianças e adolescentes⁴ de 7 a 15 anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco a sua saúde e a sua segurança (Portaria n.º 458, de 4 de outubro de 2001). Para enfrentar as raízes do trabalho infantil, o PETI apresenta três eixos de atuação: a concessão da Bolsa Criança Cidadã; a manutenção das atividades socioeducativas e de convivência; e o trabalho realizado com as famílias. Nesse contexto, o Programa faz parte de uma política de assistência social centrada num dos principais fatores de exclusão de menores: o trabalho precoce.

No escopo do Programa está inserida a jornada ampliada, que tem por objetivo aumentar o tempo de permanência da criança e do adolescente na escola. Durante um período, eles devem ir para a escola, e em outro, participar das ações realizadas na jornada ampliada, onde terão almoço, merenda, reforço escolar e atividades desportivas, culturais, artísticas e de lazer.

As atividades da jornada ampliada devem acontecer de segunda a sexta-feira, durante todo o mês, com carga de quatro horas em cada intervalo, conforme os períodos em que as crianças e os adolescentes estiverem na escola. No caso de dificuldade de acesso aos locais de realização da jornada ampliada, especialmente na área rural, a carga horária poderá ser reduzida, não podendo ser inferior a duas horas diárias. Mesmo durante as férias escolares a jornada prolongada deve desenvolver atividades.

Na comunidade ribeirinha do rio Ajuai 80 famílias são beneficiadas pelo PETI, que atende a 71 alunos do rio Ajuai e 23 alunos pertencentes ao rio Ajuazinho, num total 94 alunos que cursam da

⁴ No Brasil, considera-se criança a pessoa até aos 12 anos de idade (incompletos) e adolescente aquela que tem entre 12 e 18 anos de idade (art.º 2.º da Lei n.º 8069, de 13 de julho de 1990).



primeira à quinta série,⁵ com faixa etária entre os 8 e os 14 anos, sendo 53 do sexo masculino. O Programa realiza-se em duas escolas: Escola São Sebastião (Baixo Ajuái) e Escola Padre Anchieta (Alto Ajuái). As escolas funcionam em dois turnos, prestando serviço de educação de infância, do nível fundamental menor. A escola Padre Anchieta também atende alunos matriculados no nível fundamental maior e alunos do nível médio, originários do próprio rio e de outros rios próximos entre eles: rio Paruru, Furo Gentil e Costa Maratató.

As escolas que sediam o Programa na comunidade não apresentam espaços, considerados importantes para o desenvolvimento das ações preconizadas pelas suas diretrizes, como sejam: sala de projeção de vídeo, campo para a prática desportiva, laboratórios de ciências e de TIC e refeitórios estruturados. Além do mais, a escola São Sebastião não apresenta biblioteca, área de lazer nem instalações sanitárias no interior com fossa séptica.

Percebe-se, que as crianças e os adolescentes integrantes do Programa não encontram no espaço físico da escola a motivação necessária para permanecerem nela. No entanto, na proposta central do PETI as crianças e os adolescentes devem substituir o trabalho precoce por atividades que desenvolvam as suas habilidades motoras, cognitivas, sociais e culturais. Porém, sabe-se, que o resultado dessas atividades está intimamente dependente da existência de espaços apropriados que permitam a materialização da proposta.

3.2 Avaliação de insumos

Esta fase teve como objetivo avaliar o desenho do Programa, ou seja, os objetivos esperados com a sua realização. Desta forma, centra-se nas informações acerca dos recursos humanos envolvidos nas ações sociopedagógicas, bem como nas matérias-primas e nos bens intermediários empregados nas atividades do PETI.

3.2.1 Recursos humanos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O PETI é coordenado pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) localizado na sede do município. No âmbito da gestão, a equipe do CRAS é composta do seguinte modo: coordenação, uma assistente social, uma psicóloga, um técnico administrativo, um estagiário de serviço social e instrutores de atividade. Este grupo é responsável pela gestão, execução e operação do PETI no município, bem como pelo acompanhamento e monitoramento sistemático dos trabalhos realizados.

O Programa desenvolve-se com três monitores que realizam a jornada ampliada que ocorre em horário contrário às aulas dos alunos nas escolas. Estes profissionais, do sexo feminino, tem nível médio de formação e são moradores locais. Trimestralmente são contratados monitores itinerantes para a realização de oficinas de formação com as crianças e os adolescentes beneficiários do Programa.

No que diz respeito as famílias beneficiadas pelo PETI, cerca de 70% apresentam o primeiro grau incompleto de escolaridade; 10% o primeiro grau completo e 20% são analfabetos.⁶ O baixo nível de instrução observado nessas famílias retrata as condições históricas da trajetória da educação no

⁵ O m.q., em Portugal, "do 1.º ao 5.º ano de escolaridade".

⁶ O 1.º grau é o equivalente, em Portugal, ao 1.º ciclo do ensino básico.



meio rural no país. No que concerne à educação, esta área esteve à margem dos planeamentos Estatais, que se comprova pela precária oferta de ensino na comunidade que perdurou por muitos anos.

Este facto trouxe consequências nefastas para a relação destas famílias ribeirinhas com a escola. A própria precariedade da estrutura de ensino dificultou a democratização das oportunidades educacionais. Para dar continuidade aos seus estudos, após a conclusão do ensino fundamental menor, as famílias enviavam os seus filhos para outros lugares, nos quais por muitas vezes sofriam grandes preconceitos.

No que tange à receita mensal, a informação disponível demonstra com clareza a precariedade económica da população e a vulnerabilidade social que essas famílias apresentam em relação ao trabalho precoce. A maioria afirma que ganha menos de um salário mínimo, enquanto 30% declara receber um salário mínimo como renda familiar.⁷ O rendimento é obtido a partir de produtos de olaria e artesanato, agricultura, pesca, extração mineira e atividades domésticas. A inserção no trabalho das crianças e dos adolescentes encontra-se, também, associada à questão cultural, como pode ser observado no depoimento dos oleiros, apelidados pela imprensa local e nacional de assassinos de crianças de fundo de quintal.

Me chamaram de pai assassino na televisão, fiquei com muita vergonha, durante um tempo. Eu não sai no rio. Professora, meu pai me ensinou trabalhar nisso. Ele aprendeu com meu avô. Toda a minha família vive disso. Não sei fazer outra coisa. Achei que poderia ensinar para meus filhos. (Pai 1)

Eu nunca estudei. Não sei assinar meu nome, mas sei trabalhar. Professora, pode perguntar na comunidade. Sou barreiro, carrego tijolo, tiro açai. Tudo eu faço e tento ensinar para meu filho. (Pai 2)

3.2.2 Perfil dos alunos inseridos no PETI

A pesquisa de campo permitiu conhecer algumas características importantes sobre o perfil dos alunos. Não existe uma diferença atribuída ao sexo entre os alunos que frequentam o Programa. Porém, a taxa de distorção idade-série é um fator que é determinante para a compreensão da realidade local. Verificou-se que, entre as questões que afligem os gestores do programa PETI, este é um problema relevante dentro do contexto educacional, pois vem marcando ao longo dos anos a trajetória dos estudantes da comunidade. Existem crianças com 15 anos a frequentarem a 6.^a série, quando a idade provável é de 11-12 anos.

No que se refere ao trabalho precoce, os menores entrevistados afirmam que nas suas vidas atuaram em diferentes funções. Na Tabela 2 dá-se conta das atividades remuneradas exercidas pelos alunos antes da implantação do PETI.

⁷ O equivalente, à data de 2011, a cerca de EUR 180 €.



Tabela 2 - Atividades exercidas pelos alunos do PETI .

Atividades	Porcentagem
Extração vegetal (açai)	40
Trabalho em olaria	35
Pesca	5
Trabalho em artefatos de argila e miriti	10
Lavouras	5
Outros	5

Fonte: pesquisa de campo

Para a compreensão do perfil dos alunos do PETI na comunidade em questão é necessário entender a sua relação com o trabalho e os riscos físicos em que se envolvem. Precocemente, as crianças iniciam o trabalho na pesca, na caça, na agricultura, no remo e na olaria. Embora todas as atividades laborais tenham os seus riscos associados, a última implica riscos físicos em todas as fases da fabricação. O manuseio da maromba realizado com os pés ocasionou ao longo da história um alto índice de mutilação em vários ribeirinhos da região, incluindo menores.

Na fase final da fabricação do tijolo é necessário um tempo entre 48 a 72 horas de queima para se atingir o grau necessário para a comercialização. Isso exige um grande esforço físico, onde o oleiro fica exposto ao calor, pois precisa alimentar a queima colocando lenha no forno para manter temperatura ideal para realização deste processo. Em síntese, as condições de trabalho, entre as quais a falta de equipamento de proteção, o excesso de peso, o ambiente insalubre, a exposição às intempéries, a postura inadequada, as doenças sistêmicas e a sazonalidade da atividade, contribuem para o desgaste físico e psicológico dos envolvidos.

Perém, algumas atividades são comuns no cotidiano dos alunos, independentemente de serem ou não remuneradas, sendo o sexo uma variável importante na divisão do trabalho. Esta relação é elucidada na Tabela 3.



Tabela 3 - Atividades exercidas de acordo com o sexo dos alunos do PETI.

ATIVIDADES	Sexo	
	M	F
Escola-lazer-olaria	X	X
Escola-lazer-caça	X	
Escola-lazer-serviços domésticos		X
Escola-lazer- pesca	X	X
Escola-lazer-trabalho em artefatos de argila e miriti	X	X
Escola-lazer- coleta de açai	X	
Escola-lazer- lavoura	X	X
Escola-lazer-barreiro	X	

Fonte: pesquisa de campo

Relativamente ao destino referente ao valor da bolsa do PETI, os alunos dizem utilizá-la para diversas finalidades. Todavia, 70% considera que o valor da bolsa é insuficiente para substituir a diária que ganhavam trabalhando nas atividades da ilha e suprir as suas necessidades cotidianas. Apenas 30% afirma que o valor da bolsa é suficiente para as suas necessidades.

No que tange a identidade cultural, todos os alunos entrevistados responderam que se consideram ribeirinhos. Quando perguntados acerca da definição de um "homem ribeirinho", as diferentes respostas demonstram claramente a visão destes menores em relação ao seu grupo populacional.

São pessoas que moram na beira do rio e trabalham muito. (Aluno 1)

São moradores que moram na margem dos rios e passam muitas necessidades. (Aluno 2)

São moradores dos rios, eles pescam, caçam, plantam e são pobres. (Aluno 3)

Os resultados, ora apresentados, revelam, de forma subjetiva, a visão do jovem ribeirinho sobre a sua organização social. Trata-se de uma visão depreciativa, visto que esta população ao longo dos anos ficou "invisível" no desenvolvimento da região, nas páginas dos livros de história, dos livros didáticos e à margem das políticas públicas. Cabe destacar que na proposta metodológica do PETI, a criança e o adolescente devem permanecer na escola. Diante deste facto, a proposta pedagógica do referido Programa deve estar comprometida em resgatar a identidade cultural do povo ribeirinho, no intuito de efetivar a sua inserção social, solidificando o elo entre o cidadão ribeirinho, a identidade cultural e a cidadania.

Contudo, para a materialização das propostas do PETI, parece-nos indispensável superar a visão depreciativa do modo de vida ribeirinho e valorizar os seus costumes, as suas lendas e os seus conhecimentos. Para tal, torna-se necessário inserir a educação como processo de transformação



humana, de forma histórica e coletiva, solidificando as raízes culturais do agrupamento em questão, respeitando o indivíduo no seu momento histórico, filosófico e cultural.

Ao serem questionados sobre a importância dos conhecimentos dos seus pais para a sua sobrevivência, 25% dos alunos não demonstra interesse pela aprendizagem, 45% afirma que é muito importante para as suas vidas e 30% relata que gostaria de aprender, mas não é prioritário nas suas vidas. Quanto às atividades realizadas diariamente pelos pais no interior da floresta, 80% dos alunos afirma que não os acompanha nas referidas atividades, enquanto 20% relata que realizam pequenas tarefas para os ajudar.

3.2.3 Análise dos recursos materiais do PETI

Em termos dos recursos disponíveis, a situação da escola também é insatisfatória para atender as necessidades do PETI, como se demonstra na Tabela 4.

Tabela 4 - Infraestrutura das escolas onde atua o PETI.

Recursos materiais	Escola	Escola
Mesas	✓	✓
Congelador	✓	✓
Frigorífico	X	X
Ventilador	X	X
Computador	X	X
Televisão	✓	X
DVD	✓	X
Kit tecnológico	X	X
Retroprojektor	X	X
Equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula	X	X
Gerador de energia	✓	X
Louça	✓	✓
Fogão	✓	✓
Armários	✓	✓

Fonte: pesquisa de campo

Observou-se que existe deficiência de material didático para as aulas, bem como de recursos pedagógicos para as atividades do Programa. Cabe destacar que o espaço físico destinado à biblioteca da escola não é apropriado, apresentando iluminação insuficiente, ventilação insatisfatória e um acervo de baixa qualidade.



3.3 Avaliação de processos

Esta tarefa teve como objetivo fornecer as informações sobre as atividades em ação realizadas no PETI, bem como as ações pedagógicas desenvolvidas pelos monitores no referido Programa e discutir os problemas encontrados na sua gestão.

Os monitores fixos do programa PETI na comunidade do rio Ajuá desenvolvem atividades socioeducativas com as crianças e os adolescentes, em período não coincidente com as aulas. O papel destes profissionais é primordial para o crescimento psicossocial e educacional das crianças inseridas no Programa, visto que os mesmos são responsáveis pela preparação, planejamento e organização das atividades realizadas durante a jornada ampliada.

De acordo com informações da coordenadora do PETI no município, existem alguns problemas relativos à gestão do Programa, destacando-se: transferência de verbas para o acompanhamento dos trabalhos nas escolas; falta de apoio dos empresários locais; desconhecimento das características geográficas do território abaetetubense pelo Governo Federal; e o difícil acesso a algumas localidades, entre as quais a ilha de Ajuá (o deslocamento entre a sede do município e ilha tem duração de 1-4h, dependendo do tipo de transporte utilizado que pode ser pôpôpô,⁸ rabetas⁹ ou voadeiras). Outro fator perturbador na gestão são as diferentes funções atribuídas aos monitores do Programa, que apresentam salários inferiores aos dos professores, a falta de cursos para a capacitação e a falta de recursos didáticos e de estruturas para o funcionamento do Programa.

Uma outra limitação identificada é a ausência de articulação entre as ações dos monitores e as dos professores da escola formal da rede de ensino. Verifica-se que ambos desenvolvem atividades isoladas e desarticuladas como, por exemplo, as reuniões que os monitores realizam com as famílias beneficiárias sem a participação dos professores das escolas. Entre os professores que atuam nas escolas no ensino fundamental e médio apenas 45% conhece o escopo da proposta em que está assente o Programa, enquanto que 35% afirma que já ouviu falar, mas não conhece toda a proposta; 20% não conhece, de facto, o PETI.

Outros problemas são apontados pelas famílias, podendo influenciar na gestão do Programa. Os resultados revelam que 30% dos entrevistados consideram que o maior problema é o atraso do pagamento da bolsa; 20% manifesta-se desfavoravelmente em relação ao valor da bolsa; 10% entende que é o pequeno número de famílias beneficiárias; 10% cita as condições exigidas para entrar no Programa, entre as quais problemas burocráticos, falta de informação sobre o Programa, clientelismo na escolha das crianças contempladas; 10% cita a falta de infraestrutura. Apenas 10% dos entrevistados afirma que o Programa não apresenta problemas.

3.4 Avaliação do produto

Esta tarefa teve como objetivo determinar os resultados alcançados pelo PETI. Foi tida em conta a percepção dos diferentes atores envolvidos no processo, no intuito de fornecer dados para os gestores, permitindo desse modo *feedback* sobre o Programa.

⁸ Barcos de pequeno porte e baixa velocidade que navegam nos rios da Amazônia transportando passageiros. Apresenta essa denominação devido ao barulho que o motor emite durante sua movimentação.

⁹ Pequenas canoas motorizadas.



No que diz respeito à opinião das famílias em relação ao programa PETI, 70% dos entrevistados considera o Programa uma ótima estratégia, enquanto 20% a avalia como boa e 10% como ruim. Quanto ao impacto do Programa nos índices do trabalho infantil, observa-se pelas respostas que metade das famílias considera que o PETI não atingiu o objetivo proposto de retirar as crianças e os adolescentes do trabalho. Outros 30% considera que o Programa atingiu seu objetivo e 20% não soube responder.

A partir das entrevistas realizadas, observa-se que a questão económica é um dos fatores que mais influencia na avaliação do Programa na comunidade, visto que o valor do benefício representa para estas famílias a possibilidade de melhoria na rendimento familiar e, conseqüentemente, o acesso a bens básicos para a sobrevivência como a alimentação, o transporte, o vestuário e os medicamentos. Nos relatos abaixo ainda se percebe o desconhecimento dos direitos sociais pelas mães do programa.

Eu gosto do programa ele me ajuda a manter a minha família, é um dinheiro que entra para comprar coisas para meus filhos. (Mãe 1)

O programa veio salvar as crianças das ilhas da fome e miséria. (Mãe 2)

Comprei um óculos para meu filho, não posso reclamar do programa PETI. Ele só trouxe coisas boas para minha família. Apesar do atraso do benefício acho que programa é muito bom. (Mãe 2)

Com a ajuda do PETI sobrou um pouco de dinheiro eu comprei uma cama para um dos meus filhos que não consegue dormir em rede. Ele tem problemas de coluna e sentia muita dor à noite. (Mãe 3)

Quando perguntados sobre o benefício do Programa para a comunidade, 40% dos entrevistados considera que melhorou a qualidade de vida das crianças e dos adolescentes. Outros 30% considera que aumentou o rendimento das famílias; 20% que melhorou a permanência dos alunos na escola, e 10% entendem que não melhorou nada. No que tange ao desempenho do rendimento escolar dos alunos do Programa, 70% afirma que os seus filhos melhoraram na escola, enquanto apenas 20% acredita que as atividades do Programa não alteraram o rendimento escolar das crianças; 10% não soube o que opinar.

Acerca do envolvimento das crianças e dos adolescentes nas atividades diárias da família após a inserção no PETI, 90% dos pais defende que os seus filhos não fazem mais nada em casa: apenas estudam e brincam. Os demais relatam que os seus filhos realizam pequenas tarefas, mas que as mesmas não atrapalham os estudos. Observou-se uma certa preocupação das famílias em reafirmarem o compromisso familiar com o estudo dos seus educandos.

De acordo com a gestora do PETI do município de Abaetetuba, apesar das dificuldades encontradas, o Programa vem alcançando excelentes resultados no enfretamento do trabalho infantil na comunidade do rio Ajuai. Entre os principais resultados encontram-se a melhoria na autoestima das crianças e dos adolescentes, das suas famílias, a retirada das crianças e dos adolescentes do trabalho e maior rendimento escolar. Regista-se, ainda, melhor desenvolvimento físico e psicológico dos integrantes do Programa.

A posição da coordenadora do PETI é corroborada pelas monitoras que atuam no Programa, quando afirmam que ocorreram mudanças qualitativas nos comportamentos dos alunos e das famílias beneficiadas. De acordo com os relatos, as mudanças mais visíveis relacionam-se o melhor



rendimento escolar e a diminuição do trabalho infantil na comunidade.

Todos os alunos consideraram que o PETI provocou benefícios nas suas vidas e, conseqüentemente, gostam de participar no Programa. Todos gostam das atividades, revelando grande predisposição para as frequentar. Todavia, 60% dos alunos afirma que não gosta de escrever, 10% ressalta que não gosta de jogos, 20% não gosta do atraso do pagamento da bolsa. Apenas 10% dos alunos inquiridos afirma que gosta de tudo.

4. Considerações finais

O modelo *CIPP* forneceu informações relevantes no caso do PETI, visto se pautar numa abordagem que permite uma visão sistémica do Programa em questão. Avaliar o referido Programa é uma forma de reconhecer que existe a necessidade de rever os fundamentos que norteiam os programas nacionais direcionados a diferentes agrupamentos populacionais, no intuito de buscar adequação às especificidades socioculturais de cada localidade, ou seja, é imprescindível para a efetivação de qualquer política pública que vise a inserção social a compreensão de que a invisibilidade de certos grupos populacionais precisa ser rompida. O desconhecimento deste facto pode implicar o comprometimento do capital social de um grupo populacional, principalmente quando este pertence a uma organização social diferente.

De acordo com o observado, considera-se que o PETI apresenta resultados incipientes em relação aos seus objetivos na área em questão, visto que retirou da atividade laboral, perigosa e insalubre, um pequeno número de crianças e de adolescentes em situação de risco. Todavia, de acordo com seus protagonistas, o Programa permitiu aumentar o rendimento escolar e a qualidade de vida das famílias, das crianças e dos adolescentes beneficiados.

Porém, o PETI enfrenta dificuldades que devem ser superadas para melhor atingir os seus objetivos. Entre os fatores que mais influenciam negativamente no êxito do Programa foram apontados, pelos participantes, o pequeno número de crianças beneficiadas, o valor da bolsa-cidadã, o atraso da bolsa e as condições de inserção no Programa. Além disso, podem-se acrescentar aos obstáculos encontrados, as escolas com infraestruturas inadequadas e as diferentes tarefas atribuídas aos profissionais que atuam como monitores na comunidade, uma vez que trabalham com menores de diferentes idades sem apoio de recursos didáticos, material humano e espaço físico.

Além do mais, cabe destacar que nas últimas décadas, apesar da legislação brasileira apontar a criança e o adolescente como prioridade absoluta de educação e implementar medidas de combate para erradicar qualquer forma de trabalho infantil, percebe-se através deste estudo que a realidade é contraditória ao que é recomendado por lei. Os recursos destinados para as ações, monitoramento e manutenção da infraestrutura do PETI são insuficientes para atender as necessidades do Programa.

Apesar dos desafios encontrados, existe uma grande predisposição dos alunos para frequentar as aulas do PETI. As famílias beneficiadas aprovam a sua implantação. De certa forma, o benefício económico inserido no contexto do mesmo possibilitou a realização de conquistas materiais. Este facto evidencia, de forma clara, a carência da população em questão e a relação dessas famílias com o valor financeiro do Programa, que merece uma melhor atenção nas estratégias e metodologias planeadas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arruda, R. (2000). "Populações Tradicionais" e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidade de Conservação. In A. C. Diegues (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos* (pp. 273-290) (2.ª ed.). São Paulo: Nupaub-USP, HUCITEC.
- Carvalho, M. C. (1999, 28 de novembro). Trabalho infantil. Só em SE cronograma é cumprido. Governo atrasa o dinheiro de bolsas. Folha UOL. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2811199904.htm> (acedido a 24 de junho de 2014).
- Castro, E. (2000). Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In A. C. Diegues (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos* (pp. 165-182) (2.ª ed.). São Paulo: Nupaub-USP, HUCITEC.
- Conexão Repórter (2011, 20 de abril). Os esquecidos: Mutilados do Brasil. Disponível em <http://www.sbt.com.br/conexaoreporter/videos/Default.asp?id=2c9f94b52f650f43012f738eeb4508f6> (acedido a 24 de junho de 2014).
- Diegues, A., Arruda, R., Silva, V., Figols, F., & Andrade, D. (2002). *Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil*. São Paulo: Edusp. Disponível em <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf> (acedido a 10 de abril de 2014).
- Lobo, T. (2001). Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In E. M. Rico (Org.). *Avaliação de políticas sociais: Uma questão em debate* (3.ª ed.) (pp.75-84). São Paulo: Cortez.
- Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, 27(94), 47-69. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf> (acedido a 10 de abril de 2014).
- Maues, R. H. (1999). *Uma outra "invenção" da Amazônia*. Belém: Cejup.
- Preskill, H., & Torres, R. T. (2000). The learning dimension of evaluation use. *New Directions for Program Evaluation*, 88, 25-37.
- Governo Federal do Brasil (2002). *PETI- Programa de erradicação do trabalho infantil: Manual de orientações*. Brasília: MPAS.
- oportaldeabaetetuba (2011, 18 de janeiro). Marombas de Abaetetuba: Realidade social. *O Jornal de Abaetetuba*. Disponível em <http://oportaldeabaetetuba.webnode.com.br/news/marombas-de-abaetetuba-realidade-social/> (acedido em 26 de junho de 2014).
- Stufflebeam, D., & Shinkfield, A. (1995). *Evaluación sistemática - Guía teórica y práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Stufflebeam, D. (1997). *Strategies for Institutionalizing Evaluation: Revisited*. Western Michigan University: The Evaluation Center. Disponível em <https://www.globalhivmeinfo.org/CapacityBuilding/Occasional%20Papers/18%20Strategies%20for%20Institutionalizing%20Evaluation%20-%20Revisited.pdf> (acedido em 10 de abril de 2014).



Lei n.º 10 097 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm (acedido em 10 de abril de 2014).

Lei n.º 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm (acedido em 24 de junho de 2014).

Portaria n.º 458, de 4 de outubro de 2001. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/legislacao-2011/portarias/2001/Portaria%20no%20458-%20de%2004%20de%20outubro%20de%202001.pdf> (acedido em 10 de abril de 2014).

Este trabalho é financiado pela FCT/MEC através de fundos nacionais (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade no âmbito do projeto PEst-C/CED/UI0194/2013.